

CRÔNICA DE UMA CRISE ANUNCIADA

Crítica à economia política
de Lula e Dilma

Plínio de Arruda Sampaio Jr.



SG-AMARANTE

Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma
© Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Direitos desta edição: Plínio de Arruda Sampaio Jr. e SG-Amarante Editorial

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, de Plínio de Arruda Sampaio Jr. e SG-Amarante Editorial.

O texto deste livro foi fixado conforme o Acordo Ortográfico vigente no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.

Edição: Ricardo Soares
Revisão: Marlene Petros Angelides
Projeto gráfico e diagramação: Hélcio Hirao
Arte de capa: Maria Hirszman (obra de Kazimir Malevich,
Eight Red Rectangles, 1915,
Collection Stedelijk Museum Amsterdam

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S192c

Sampaio Jr., Plínio de Arruda.

Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma / Plínio de Arruda Sampaio Jr. – São Paulo (SP): SG-Amarante Editorial, 2017.

256 p. : 16 x 23 cm

ISBN 978-85-66390-19-3

1. Brasil – Política e governo – 2003-2016. 2. Brasil. Presidente (2003-2010 : Lula). 3. Brasil. Presidente (2011-2016 : Dilma Rousseff). 4. Política econômica – Brasil (2003-2016). I. Título.

CDD-320.981

1ª edição
São Paulo • 2017



SG-AMARANTE

Av. Prestes Maia, 241 • cj. 2513 • 01031-902 • Centro • São Paulo
Tel./Fax: (11) 3081-6618 • 3313-0831
www.sg-amarante.com.br • info@sg-amarante.com.br

A Marietta, Maria, Ana e Rosa.

A todos que lutam contra o avanço da barbárie capitalista

Agradeço as providenciais correções de Maria Hirszman, Marietta Azevedo de Arruda Sampaio e Vicente de Arruda Sampaio. Eles foram meus revisores oficiais ao longo dos anos. Sem o crivo deles, meus textos certamente sofreriam na forma e no conteúdo. Devo agradecimento especial a minha amiga e camarada Marlene Petros Angelides que, com sua generosidade, profissionalismo e competência, assumiu a árdua tarefa da revisão final. Por último, agradeço meu irmão Francisco, que me auxiliou no trabalho de edição.

Apresentação 6

Parte I

A HERANÇA MALDITA 11

1. Globalização × Nação 12

2. A macabra macroeconomia do Real 23

Parte II

A ILUSÃO NEODESENVOLVIMENTISTA (2003-2012) 35

3. A dança imóvel e os impasses da transição 36

4. Lições do governo Lula 46

5. As esperanças não vingaram 62

6. Nem crescimento, nem equidade 74

7. Programa de Aceleração do Crescimento:
um passo atrás 86

8. A concentração de renda está diminuindo? 94

9. Crise e barbárie 97

10. O movimento da crise 106

11. Metástase da crise e aprofundamento da
reversão neocolonial 123

12. Capital internacional e vulnerabilidade externa 134

13. Fatos e mitos dos governos do PT 140

14. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo:
tragédia e farsa 149

15. O clímax da ilusão 163

Parte III

A EXAUSTÃO DO LULISMO E A DERROCADA DE DILMA – 2013-2016 169

- 16. 2013: o gato subiu no telhado 170
- 17. Da “paz social” às revoltas urbanas 175
- 18. A opção do PT 181
- 19. A necessidade do partido e o partido da necessidade 188
- 20. Limites do melhorismo petista 191
- 21. O Brasil vai às urnas no escuro 196
- 22. Metástase da corrupção e eleição da hipocrisia 202
- 23. Eleição 2014: não há o que comemorar 205
- 24. No meio do redemoinho 210
- 25. O fim da impostura 216
- 26. Na antessala da crise cambial 221
- 27. É hora de organizar o partido das lutas reais 226
- 28. A ditadura do grande capital 237

Epílogo

A DERROCADA DE DILMA ROUSSEFF 243

- 29. Desfecho melancólico 244

Os textos reunidos neste livro registram minhas críticas à economia política dos governos Lula e Dilma Rousseff. Escritos no calor da hora, para atender demandas da academia e do debate público, examinam as principais controvérsias que cercaram as administrações petistas. Tratei de caracterizar a lógica que presidiu a política econômica, os interesses que a impulsionaram e suas prováveis consequências. Lidas em conjunto, as análises contribuem para a compreensão dos condicionantes estruturais que levaram à grave crise econômica e política que assola o Brasil. Procuo responder às seguintes questões: Por que o Partido dos Trabalhadores frustrou a expectativa dos que imaginavam que a esperança venceria o medo? O que mudou na política econômica de Lula em relação à de Fernando Henrique Cardoso e de Dilma em relação à de Lula? Qual a relação entre a crise que paralisa o Brasil e as contradições inscritas no ciclo de crescimento que impulsionou o chamado “neodesenvolvimentismo”? Como as crises econômica e política se condicionam reciprocamente? O que explica a deposição de Dilma Rousseff? Por que o ajuste liberal não resolve a crise?

Os artigos e entrevistas foram colocados em ordem cronológica, agrupados em quatro partes. Na primeira, caracterizo o contexto histórico-estrutural que condicionou o movimento da economia brasileira na virada do milênio e faço um breve balanço do legado de FHC. Na segunda parte, mostro a linha de continuidade entre as diretrizes de política econômica de FHC e Lula e critico a ilusão

neodesenvolvimentista que vendeu ao mundo a simplória fantasia de que, em plena crise econômica global, o Brasil teria alcançado o desenvolvimento autossustentado e estaria caminhando a passos firmes para a primeira divisão da economia mundial. Na terceira, trato da exaustão do ciclo de crescimento impulsionado pelo *boom* especulativo internacional e do esgotamento do pacto de poder baseado na conciliação de classes. Nesse momento, procuro qualificar a natureza da crise econômica e política que acabou selando a sorte de Dilma. Por fim, no Epílogo, examino os condicionantes e as consequências do golpe parlamentar que encerrou melancolicamente os treze anos de hegemonia política do PT.

À exceção do primeiro capítulo, elaborado pela fusão de dois ensaios publicados em 1997 e 1998, os demais textos encontram-se em sua versão original. A exceção de algumas correções gramaticais e uma ou outra modificação secundária para tornar a ideia mais clara, a escrita não foi alterada. Em alguns capítulos o leitor perceberá que me refiro a fatos que hoje pertencem ao passado, utilizando o presente do indicativo. Para evitar confusão, logo no início de cada capítulo faço uma breve nota de abertura, contextualizando as circunstâncias e o momento em que o texto foi escrito. As estatísticas utilizadas foram obtidas de fontes oficiais. Eventuais divergências com informações mais recentes devem-se às revisões periódicas e mudanças metodológicas que regularmente atualizam e aprimoram os bancos de dados. As discrepâncias não alteram a essência das conclusões tiradas com base nas informações disponíveis na época. Como as análises foram escritas para públicos heterogêneos, peço ao leitor que compreenda que foi impossível evitar algumas repetições.

A tragédia da aventura de Lula e Dilma no poder era previsível e foi devidamente denunciada pelos que não compactuaram com a adesão do PT aos *status quo*.¹ Logo no início do governo Lula, o manifesto dos economistas “A Agenda Interditada”, assinado por mais de 300 profissionais ligados historicamente ao Partido dos Trabalhadores, alertava para a necessidade de uma democratização do debate sobre os rumos da política econômica, sem o que seria impossível interromper a marcha insensata de uma economia submetida às leis cegas do mercado. “Desafiamos os que se escondem nas sombras, por trás da onipotência do Deus mercado, que sustentem à luz da discussão pública seu receituário de fórmulas abstratas que, uma vez testadas na prática, têm resultado em destruição

1 Para uma leitura crítica da economia política dos anos Lula, ver: FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007; ANTÔNIO DE PAULA, J. (Org.). *Adeus ao Desenvolvimento: A Opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

permanente do tecido social, da atividade econômica e da soberania nacional. Queremos o exercício democrático da controvérsia. Chega de interdição”.²

A interdição não foi suspensa. O controle absoluto da opinião pública pelos grandes meios de comunicação, com a cumplicidade das autoridades petistas e de seus asseclas na academia, nunca permitiu um debate objetivo e democrático sobre a política econômica.

Nas hostes petistas, desde o princípio, prevaleceu a preocupação exclusiva com a narrativa dos fatos. Mesmo tendo mantido incólumes os pilares do Plano Real, as lideranças petistas insistiram em negar a existência de uma continuidade ao neoliberalismo de FHC. Após um primeiro momento de perplexidade e frustração com a inesperada adesão ao ajuste ortodoxo da era Palocci-Meirrelles, defendida por Lula como um mal necessário para purgar a herança maldita de seu antecessor, viu-se a narrativa sobre o caráter da gestão econômica transitar para a euforia autocongratatória com o “espetáculo do crescimento” dos anos “neodesenvolvimentistas” de Guido Mantega, para terminar, após o estelionato eleitoral de 2014, no discurso do ajuste liberal de Joaquim Levy, defendido por Dilma como um mal necessário, que teria curta duração, para enfrentar uma crise atribuída à “inesperada” crise internacional.

No campo liberal, prevaleceu o mais desbragado pragmatismo. Qualquer que fosse o discurso das lideranças políticas, o importante era enquadrar a administração petista às exigências da ordem global. Reverberando os interesses do capital internacional, os sacerdotes da ordem – jornalistas e economistas que funcionam como ventríloquos da plutocracia tupiniquim – acompanharam os humores do mercado. Primeiro, saudaram com entusiasmo a inesperada docilidade com que o governo de Lula aderiu aos cânones do neoliberalismo. Em seguida, nos anos de glória do lulismo, não pouparam elogios ao modelo econômico, exaltando a habilidade do presidente operário de conciliar grandes negócios com a paz social e, posteriormente, a capacidade gerencial de Dilma de administrar com zelo o legado de seu padrinho. E, finalmente, num giro de 180° graus, quando o regime de austeridade entrou na ordem do dia da comunidade econômica internacional, condenaram energicamente o suposto “populismo” fiscal de Dilma, associando tosca e arbitrariamente todos os problemas do país às chamadas “pedaladas fiscais”.

2 Manifesto dos Economistas: “E Nada Mudou”. 13/06/2003. A íntegra do manifesto encontra-se em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/253277.doc>.

As duas narrativas que dominaram o debate público – a do PT e a da sabedoria convencional – possuem um denominador comum. Ambas são incapazes de explicar os nexos entre ciclo econômico internacional, movimento da economia brasileira, condicionantes objetivos e subjetivos da política econômica, modernização baseada no mimetismo dos padrões de consumo e estilos de vida das economias centrais, reprodução do subdesenvolvimento e da dependência, crise econômica mundial, exaustão do padrão de acumulação e dominação que condicionou o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da década de 1990.

No plano das batalhas das ideias, o balanço da era PT é sombrio. O partido eleito para mudar o Brasil, num primeiro momento, estigmatizou qualquer possibilidade de reformas estruturais que colocassem em risco a confiança do mercado, legitimando a ordem global. Em seguida, quando o ciclo especulativo internacional impulsionou a expansão da economia brasileira, resgatou o mito do crescimento como solução para as mazelas do povo, reforçando a ideologia do subdesenvolvimento. No momento em que eclodiu a crise econômica mundial, com o discurso da “marolinha”, Lula ocultou que o capitalismo atravessava uma crise de grande envergadura, possivelmente a maior de sua história. Em seguida, quando o sobrefôlego do *boom* de *commodities* deu uma sobrevida ao crescimento econômico, Lula vendeu a ideia de que o Brasil era maior do que a crise. Finalmente, quando os efeitos recessivos da crise se abateram sobre o país de maneira incontornável, Dilma exaltou o princípio da austeridade fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – exatamente os pretextos utilizados para sua deposição – como cláusulas pétreas de uma política econômica responsável, sancionando assim a criminalização de qualquer iniciativa de intervenção do Estado na economia vetada pela doutrina neoliberal. Transformando a adaptação passiva às exigências das circunstâncias em virtude, os governos do PT circunscreveram a política econômica ao horizonte claustrofóbico do fim da história.

A crônica da evolução da economia durante os governos de Lula e Dilma nos dá elementos para entender como chegamos às crises econômica e política que abalam a vida nacional.³ A decisão de preservar o Plano Real como base da

3 Nem sempre as previsões feitas sobre o desdobramento da conjuntura foram precisas. Demorei para perceber a inflexão da economia mundial, que, a partir de 2004-2005, permitiu a retomada do crescimento. Subestimei o efeito do Programa de Aceleração do Crescimento sobre a formação bruta de capital, assim como as consequências da política de reajuste do salário mínimo sobre a distribuição pessoal da renda. A previsão de uma iminente crise cambial no final de 2015 foi precipitada. A reversão do déficit no balanço de pagamentos em conta corrente (provocada pela recessão econômica) e o adiamento do fim da política de “facilitação monetária” das autoridades econômicas norte-americanas (por temor de que o aumento dos juros agravasse ainda mais a recessão da economia mundial) deslocaram para um futuro indefinido a ameaça, sempre latente, de uma crise de estrangulamento cambial desencadeada por um processo de fuga de capitais. ►

política econômica deixou o país à mercê das vicissitudes da economia mundial. Acentuando a dependência e o subdesenvolvimento, a inserção subalterna na ordem global aprofundou o processo de reversão neocolonial, comprometendo a capacidade da sociedade de controlar os fins e os meios do desenvolvimento. O salto de qualidade na captura do Estado pelo mercado acirrou o divórcio entre as necessidades da população e a ação do Estado, levando a descrença no sistema político de representação ao ponto de ebulição.

Ao negar suas origens comprometidas com as lutas pela democratização das estruturas sociais, o PT tornou-se um partido convencional, a esquerda da ordem. Seus vínculos orgânicos com os grandes grupos econômicos e financeiros, com todos os vícios que daí derivam, retiraram-lhe toda e qualquer capacidade de servir de instrumento político de superação do *status quo*. O desperdício de mais uma oportunidade de enfrentar as mazelas de uma sociedade marcada pela chaga da segregação social e da dependência neocolonial desembocou num grande impasse histórico, colocando em perspectiva um período de grande instabilidade econômica, convulsão social e turbulência política.

No entanto, os equívocos não comprometeram o acerto na definição das tendências estruturais que presidiram o movimento da economia brasileira e seus efeitos de longo prazo sobre as condições de vida dos trabalhadores e o desenvolvimento nacional.